

**Infraestrutura e acessibilidade em eventos esportivos para pessoas
com deficiência física ou mobilidade reduzida****Infrastructure and accessibility in sports events for people
with physical disabilities or reduced mobility****Infraestructura y accesibilidad en eventos deportivos para personas
con discapacidad física o movilidad reducida****Carolina Rios Bretas**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
carolriosbretas@gmail.com

Daniel Marangon Duffles Teixeira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
profdanielpucminas@gmail.com

Cláudia Barsand de Leucas

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
cbarsand@gmail.com

Resumo

O estudo traz a acessibilidade como um elemento fundamental para combater barreiras limitantes e oportunizar experiências inclusivas com autonomia, conforto, segurança e respeito para que todo cidadão se sinta atendido sem restrições. Os eventos esportivos possuem um potencial socializador, onde pessoas se relacionam e criam vínculos espontaneamente. Devido a falhas no planejamento desses eventos e ausência de fiscalização, a falta de acessibilidade satisfatória faz parte da realidade nacional, em que os gestores utilizam apenas o bom senso para a promoção do evento, ou baseiam-se em guias ou modelos não formalizados ou amparados por lei. O objetivo geral é examinar a acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida em eventos esportivos brasileiros. Os objetivos específicos são levantar a percepção de diferentes públicos sobre a acessibilidade em eventos esportivos no Brasil e identificar aspectos relevantes e fundamentais sobre o tema, em prol do desenvolvimento da área de acessibilidade. Como metodologia, foi feita uma revisão sobre o tema, utilizando artigos e trabalhos científicos em português, espanhol e inglês, dos últimos 4 anos, com os descritores: acessibilidade; pessoas com deficiência;

eventos esportivos. A pesquisa é de natureza aplicada e exploratória, tendo sido feita por meio de um questionário e entrevistas. O público das entrevistas foi de 8 respondentes, selecionado por conveniência. O questionário, construído no Google Forms, foi validado por meio de um júri, composto por 4 referências acadêmicas da área de Educação Física e/ou PcDs e mobilidade reduzida, e de um pré-teste. A disseminação foi feita via grupos de WhatsApp e foi utilizado o método “bola de neve” para ganhar escala e alcance geográfico, atingindo 112 respostas. Foi utilizada a análise de conteúdo para as entrevistas, com proposição de categorias feita à posteriori. Para os dados quantitativos relativos ao questionário, foi feita a análise estatística descritiva. Como principais resultados, para 80,7% dos respondentes, os eventos esportivos experienciados no Brasil não são totalmente acessíveis. Dos respondentes da categoria de PcDs, 100% disseram frequentar eventos esportivos, participando de diferentes formas, sendo praticantes esportivos (69,2%) e público torcedor (53,8%) as mais assinaladas. Como considerações finais, espera-se que gestores de eventos esportivos e engenheiros(as) e arquitetos(as) do setor de equipamentos esportivos possam se atentar às diretrizes de acessibilidade e contribuir para uma inclusão efetiva dos PcDs e pessoas com mobilidade reduzida. E, sobre as pessoas que não possuem uma relação direta com o tema, acredita-se que possam se sentir sensibilizadas em conhecer mais sobre essa realidade, refletindo sobre a necessidade da inclusão e contribuindo em seu entorno com um comportamento atitudinal adequado. Para que a participação do público que necessita de acessibilidade seja maior em eventos considerados acessíveis, os gestores desses eventos precisam investir em divulgação com estratégia assertiva de marketing atrativo. Como sugestão para gestores de eventos esportivos, recomenda-se o desenvolvimento de um aplicativo eletrônico específico com o cadastro nacional de eventos esportivos e, com o fim de orientação e disseminação do conhecimento sobre o tema e o conceito de desenho universal, se faz necessária a criação de guias e modelos formalizados e amparados por lei com o apontamento do referencial de normas técnicas a serem seguidas para o cumprimento da acessibilidade em eventos esportivos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Pessoas com deficiência. Eventos esportivos. Inclusão.

Abstract

The study presents accessibility as a fundamental element to combat limiting barriers and provide inclusive experiences with autonomy, comfort, safety and respect, ensuring that every citizen feels accommodated without restrictions. Sporting events have a socializing potential, where people interact and form bonds spontaneously. Due to planning failures and lack of oversight, the absence of satisfactory accessibility is a national reality, where managers rely only on common sense to promote the event or base their actions on non-formalized guides or models not supported by law. The general objective is to examine accessibility for people with physical disabilities and/or reduced mobility at Brazilian sporting events. The specific objectives are to assess the perceptions of different audiences about the accessibility of sporting events in Brazil and to identify relevant and fundamental aspects of the topic for the development of the accessibility field. As a methodology, a review was conducted on the topic using articles and scientific papers in Portuguese, Spanish and English from the last 4 years, with the descriptors: accessibility; people with disabilities; sporting events. The research is applied and exploratory, conducted through a questionnaire and interviews. The interview sample consisted of 8 respondents selected for convenience. The questionnaire, built in Google Forms, was validated by a jury of 4 academic references in the field of Physical Education and/or people with disabilities and reduced mobility, and by a pre-test. Dissemination was done via WhatsApp groups and the snowball

method was used to gain scale and geographic reach, achieving 112 responses. Content analysis was used for the interviews with the proposition of categories made a posteriori. Descriptive statistical analysis was performed on the quantitative data from the questionnaire. The main results indicate that 80.7% of respondents believe that the sporting events experienced in Brazil are not fully accessible. Among the respondents with disabilities, 100% said they attend sporting events participating in various ways and the most indicated was as sports practitioners (69.2%) and as spectators (53.8%). As final considerations, it is hoped that sporting event managers, engineers and architects in the sports equipment sector will pay attention to accessibility guidelines and contribute to the effective inclusion of people with disabilities and reduced mobility. For those not directly related to the topic, it is believed that they may feel sensitized to learn more about this reality, reflecting on the need for inclusion and contributing to their surroundings with appropriate attitudinal behavior. For greater participation of the audience that requires accessibility in considered accessible events, managers of these events need to invest in dissemination with an assertive marketing strategy. As a suggestion for sporting event managers, the development of a specific electronic application with a national registry of sporting events is recommended. To guide and disseminate knowledge on the topic and the concept of universal design, the creation of formalized and legally supported guides and models is necessary, pointing out the technical standards to be followed to ensure accessibility in sporting events.

Keywords: Accessibility. People with Disabilities. Sporting Events. Inclusion.

Resumen

El estudio presenta la accesibilidad como un elemento fundamental para combatir barreras limitantes y ofrecer experiencias inclusivas con autonomía, confort, seguridad y respeto para que todo ciudadano se sienta atendido sin restricciones. Los eventos deportivos poseen un potencial socializador, donde las personas se relacionan y crean vínculos espontáneamente. Debido a fallas en la planificación de estos eventos y a la ausencia de fiscalización, la falta de accesibilidad satisfactoria forma parte de la realidad nacional, en la que los gestores utilizan solo el sentido común para la promoción del evento, o se basan en guías o modelos no formalizados o respaldados por la ley. El objetivo general es examinar la accesibilidad para personas con discapacidad física y/o con movilidad reducida en eventos deportivos brasileños. Los objetivos específicos son levantar la percepción de diferentes públicos sobre la accesibilidad de eventos deportivos en Brasil e identificar aspectos relevantes y fundamentales sobre el tema, en pro del desarrollo del área de accesibilidad. Como metodología, se realizó una revisión sobre el tema, utilizando artículos y trabajos científicos en portugués, español e inglés, de los últimos 4 años, con los descriptores: accesibilidad; personas con discapacidad; eventos deportivos. La investigación es de naturaleza aplicada y exploratoria, habiéndose realizado a través de un cuestionario y entrevistas. El público de las entrevistas fue de 8 respondientes, seleccionados por conveniencia. El cuestionario, construido en Google Forms, fue validado por medio de un jurado compuesto por 4 referencias académicas del área de Educación Física y/o PcD y movilidad reducida, y de una prueba piloto. La difusión se hizo a través de grupos de WhatsApp y se utilizó el método de "bola de nieve" para ganar escala y alcance geográfico, alcanzando 112 respuestas. Se utilizó el análisis de contenido para las entrevistas, con la proposición de categorías hecha a posteriori. Para los datos cuantitativos relativos al cuestionario, se realizó el análisis estadístico descriptivo. Como principales resultados, para el 80,7% de los respondientes, los eventos deportivos experimentados en Brasil no son

totalmente accesibles. De los respondientes de la categoría de PcD, el 100% dijeron asistir a eventos deportivos, participando de diferentes formas, siendo practicantes deportivos (69,2%) y público aficionado (53,8%) las más señaladas. Como consideraciones finales, se espera que los gestores de eventos deportivos y los ingenieros(as) y arquitectos(as) del sector de equipos deportivos puedan prestar atención a las directrices de accesibilidad y contribuir a una inclusión efectiva de las PcD y personas con movilidad reducida. Y, sobre las personas que no tienen una relación directa con el tema, se espera que puedan sensibilizarse al conocer más sobre esta realidad, reflexionando sobre la necesidad de la inclusión y contribuyendo en su entorno con un comportamiento actitudinal adecuado. Para que la participación del público que necesita accesibilidad sea mayor en eventos considerados accesibles, los gestores de estos eventos necesitan invertir en divulgación con una estrategia asertiva de marketing atractivo. Como sugerencia para los gestores de eventos deportivos, se recomienda el desarrollo de una aplicación electrónica específica con el registro nacional de eventos deportivos y, con el fin de orientar y difundir el conocimiento sobre el tema y el concepto de diseño universal, se hace necesaria la creación de guías y modelos formalizados y respaldados por la ley con la indicación del marco de normas técnicas a seguir para el cumplimiento de la accesibilidad de eventos deportivos.

Palabras Clave: Accesibilidad. Personas con discapacidad. Eventos deportivos. Inclusión.

Introdução

O estudo traz a acessibilidade como um elemento fundamental para combater barreiras limitantes e oportunizar experiências inclusivas com autonomia, conforto, segurança e respeito para que todo cidadão se sinta atendido sem restrições. A mobilidade urbana possui uma relação direta entre a liberdade e a oportunidade disponíveis ao cidadão, que norteiam a forma como cada um ocupa o espaço. O meio, portanto, pode produzir uma exclusão material a respeito de práticas sociais, que barram novas perspectivas e visões de mundo (Spinieli & Souza, 2020).

A acessibilidade é um direito das pessoas com deficiência (PcD) ou com mobilidade reduzida, para que vivam de forma independente e sejam cidadãos com a devida participação social, incluindo o direito à cultura, esporte, turismo e lazer, em condições de igualdade de oportunidades (Senado Federal, 2021). Prevista no texto constitucional, hoje o direito à acessibilidade é uma garantia fundamental plenamente reconhecida por grande parte das ordens jurídicas em vigor. Porém, no cenário atual das cidades brasileiras, não é possível afirmar que há plena inclusão social e cidadã desses indivíduos no âmbito urbanístico por não se configurar uma acessibilidade com autonomia, independência, conforto e segurança. A precariedade da mobilidade urbana que dá acesso a serviços públicos básicos acaba por revelar inúmeros conflitos socioeconômicos, que ferem direitos fundamentais à saúde, educação e lazer (Spinieli & Souza, 2020).

Segundo WHO (2011), a deficiência é muitas vezes associada à incapacidade, sendo um dos estigmas associados à saúde dessas pessoas. Segundo dados da OMS, o público em geral não possui uma compreensão das habilidades das pessoas com deficiência, devido à discriminação até mesmo nos ambientes de atendimento à saúde. A exclusão e as atitudes e comportamentos negativos com PcDs geram efeitos danosos em suas vidas. Porém, o ambiente acessível pode evitar incapacidades.

Os eventos esportivos, sejam competitivos, de lazer ou educacionais, possuem um potencial socializador entre os indivíduos, que independe de classe, religião ou gênero, onde pessoas se relacionam e criam vínculos espontaneamente, sem nunca terem se visto (Ocampo, Ribeiro & Azevêdo, 2018). Devido a falhas no planejamento de eventos esportivos e ausência de fiscalização que regulamenta a acessibilidade nesses eventos, a falta de acessibilidade satisfatória faz parte da realidade nacional, em que os organizadores utilizam apenas o bom senso para a promoção do evento ou baseiam-se em guias ou modelos não formalizados ou amparados por lei. Portanto, a conscientização a respeito da necessidade da acessibilidade nos eventos, tanto por parte dos promotores de eventos quanto de órgãos fiscalizadores, é necessária (Mespague, Rodrigues & Rodrigues, 2018).

É de suma importância a inclusão de PcDs e pessoas com mobilidade reduzida em esferas sociais, extrapolando o âmbito do bem estar e da qualidade de vida, tornando-se uma forma essencial para o desenvolvimento pessoal de capacidades físicas, motoras, sociais e de autonomia, que auxiliam no cotidiano das atividades da vida diária. O lazer enquanto direito precisa deixar de ser tratado como mérito para quem alcançou status e trabalho (Meneghetti et al., 2013).

O objetivo geral do presente estudo é examinar a acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida em eventos esportivos brasileiros. Os objetivos específicos são levantar a percepção de diferentes públicos sobre a acessibilidade em eventos esportivos no Brasil e identificar aspectos relevantes e fundamentais sobre o tema, em prol do desenvolvimento da área de acessibilidade.

Procedimentos Metodológicos

Foi feito um levantamento bibliográfico inicial sobre o tema, utilizando artigos e trabalhos científicos em português, espanhol e inglês, dos últimos 4 anos, com os descritores a seguir: acessibilidade; pessoas com deficiência; eventos esportivos. E uma pesquisa de natureza aplicada foi feita, por meio de um questionário e entrevistas, com objetivo exploratório (Gil, 2011). O público de 8 respondentes das entrevistas foi selecionado por conveniência. O questionário, construído no *Google Forms*, foi validado por meio de um júri, composto por 4 referências acadêmicas da área de Educação Física e/ou PcDs e mobilidade reduzida, e um pré-teste, conforme Gil (2011), por um grupo de 8 pessoas, selecionado e controlado, não tendo havido nenhuma necessidade de alteração.

A disseminação foi feita via grupos de *WhatsApp* e foi utilizado o método “bola de neve” (Vinuto, 2014) para ganhar escala e alcance geográfico, atingindo 112 respostas. No início do questionário, os respondentes foram divididos em cinco categorias: a) gestor(a) de eventos esportivos; b) engenheiro(a) ou arquiteto(a) do setor de equipamentos esportivos; c) pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; d) acompanhante de PcD ou com mobilidade reduzida; e) pessoa que não se enquadra em nenhuma das opções anteriores. Foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2011) para as entrevistas, com proposição de categorias feita à posteriori.

Para os dados quantitativos relativos ao questionário, foi feita a análise estatística descritiva. Os procedimentos seguiram as normas do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), constante na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), principalmente “considerando que todo o progresso e seu avanço devem, sempre, respeitar a dignidade, a liberdade e a autonomia do ser humano”. (CNS, 2013, p. 1)

Todos os preceitos éticos estabelecidos foram respeitados no que se refere a zelar pela legitimidade, privacidade e sigilo das informações, quando necessárias, tornando os resultados desta pesquisa públicos sem a exibição de dados sensíveis, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi consentido.

Resultados e Discussão

Para 80,7% dos respondentes da pesquisa, os eventos esportivos experienciados no Brasil não são totalmente acessíveis. Dos respondentes da categoria de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, 100% disseram frequentar eventos esportivos, participando de diferentes formas, sendo praticantes esportivos (69,2%) e público torcedor (53,8%) as mais assinaladas (Figura 1).

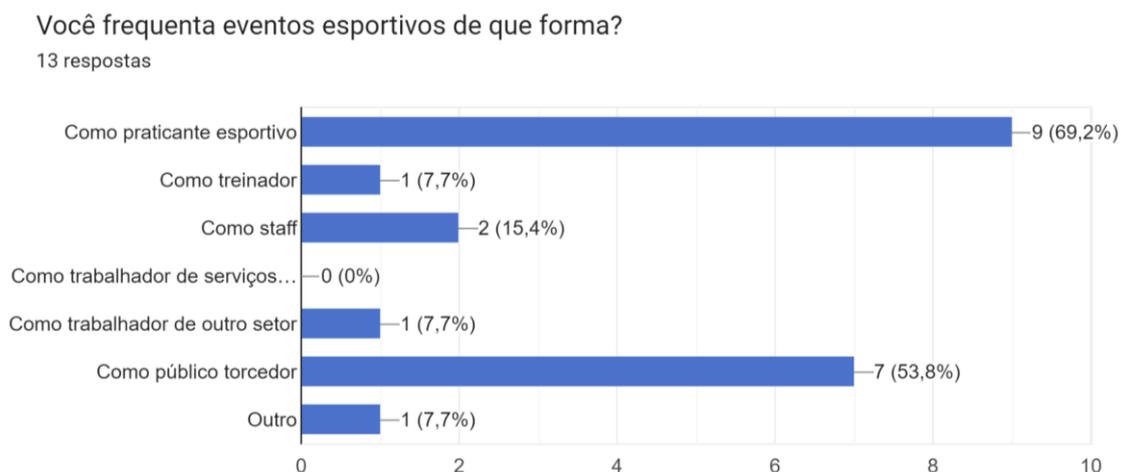
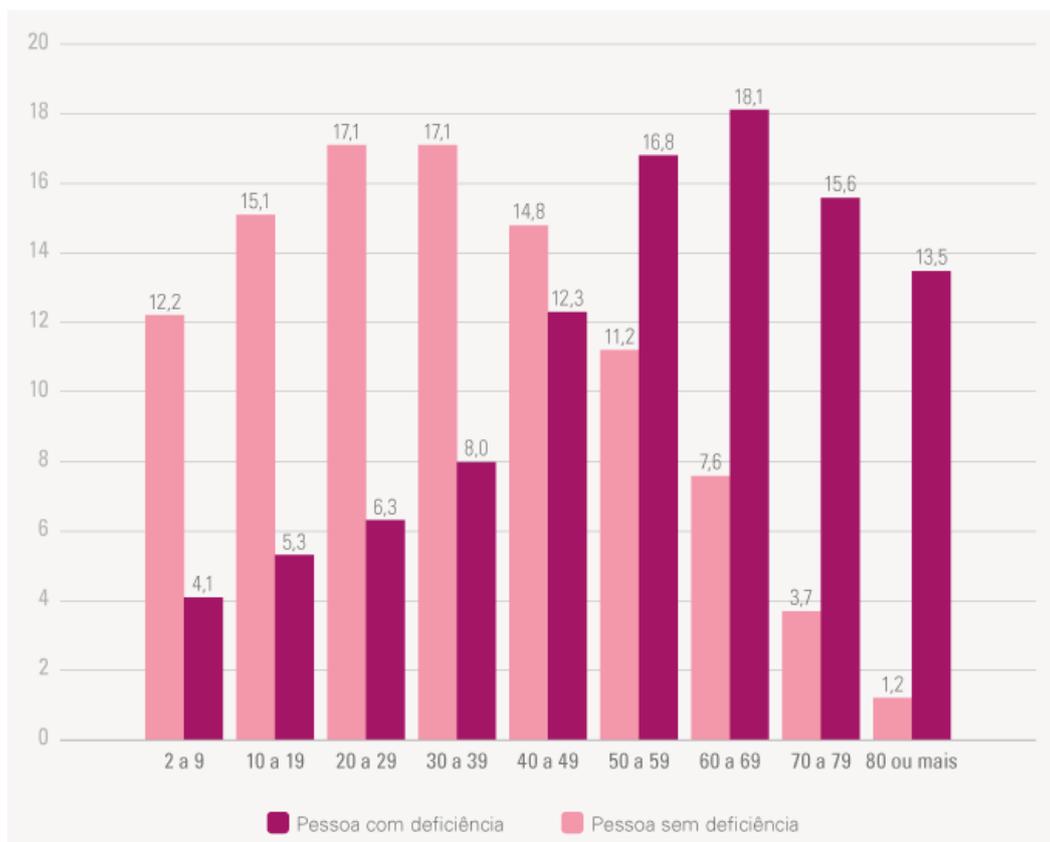


Figura 1 – Forma de participação em eventos esportivos dos respondentes da categoria de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida

A PNAD Contínua 2022 estimou a população com deficiência no Brasil em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, correspondendo a 8,9% da população dessa faixa etária. O Gráfico 2 abaixo demonstra que o percentual de PcDs cresce com a idade. No ano de 2022, 47,2% dos PcDs possuíam 60 anos ou mais (IBGE, 2023).



Fonte: PNAD Contínua Pessoas com Deficiência - 2022 (IBGE, 2023)

Figura 2 – Distribuição da população de 2 anos ou mais de idade no Brasil, por grupos de idade, segundo existência de deficiência (%)

A aplicação do conceito de desenho universal cumpre o papel da acessibilidade, trazendo aos espaços, artefatos e produtos o atendimento concomitante a todas as pessoas, com autonomia, segurança e conforto, independente das diferenças antropométricas ou sensoriais, e suas variações (CONFEA, 2021).

Para Confea (2021, p. 4)

[...] O conceito de desenho universal tem como pressupostos: equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico, dimensionamento de espaços para acesso, uso e interação de todos os usuários. É composto por sete princípios (CONFEA, 2021, p. 4).

Para definir aspectos relativos à acessibilidade no meio urbano, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou a Norma Brasileira ABNT NBR 9050 em 1985, que versa sobre acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Critérios e parâmetros técnicos a respeito da acessibilidade foram estabelecidos, e são regularmente atualizados, visando a segurança e a inclusão de pessoas, independentemente da idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção. Constatou-se que a ABNT NBR 9050 se encontra atualizada com os

conceitos de acessibilidade e desenho universal e “acredita-se que a norma brasileira está no nível das melhores normas técnicas para a acessibilidade espacial no mundo” (Moraes, 2007, p. 168) e “ainda é o melhor meio que o profissional brasileiro dispõe para projetar o espaço o mais acessível possível”. (Moraes, 2007, p. 169)

Porém, para conceituar a deficiência, a ABNT NBR 9050 ainda considera a pessoa como fator limitante, sem que a influência do ambiente construído e as tecnologias assistivas existentes sejam levadas em consideração. Isto contribui com a rotulação da PcD como inválida, ineficaz ou inapta, fazendo com que a acessibilidade seja ainda focada na PcD e não uma necessidade cotidiana de toda a população para a sua qualidade de vida nas diferentes faixas etárias, em que apresentam constantes modificações das habilidades e limitações ao longo da vida, desde a infância até o envelhecimento. A acessibilidade pode e deve ser um agente facilitador que proporciona um espaço para o uso de todos (Moraes, 2007). Apesar da abordagem poder ser mudada em futuras revisões, a norma foi atualizada em 2020, mas nada com relação a esse aspecto.

Segundo Ribeiro (2011), a acessibilidade é simples e direta: o valor das dimensões de uma porta, por exemplo, possui ou não as medidas exigidas em norma. Além dos aspectos da acessibilidade serem objetivos, há leis e normas técnicas que os orientam. Barreiras arquitetônicas são facilmente detectáveis e afetam pessoas com óbvias, permanentes e visíveis limitações físicas, mas também impactam indivíduos com temporárias e ocultas condições; carrinho de criança; uso de muletas, talas, gessos e botas ortopédicas; e até problemas cardíacos. A qualquer tempo todos podem ter sido e serem afetados pelas barreiras arquitetônicas, pois “somos corpos temporariamente capazes” (Ribeiro, 2011, p. 46). Ainda que todos estejam sujeitos à deficiência ou mobilidade reduzida, em maior ou menor grau, temporária ou permanentemente, a forma como a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida é vista ainda está carregada de preconceitos e exclusão social (Pacheco & Alves, 2007).

Os tipos de problema de acessibilidade (Gráfico 3) mais assinalados pelos respondentes da categoria de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida foram: ausência de rampas adequadas (70%); e ausência de espaços reservados, adaptados e livres de barreiras arquitetônicas (60%).



Figura 3 – Tipos de problema de acessibilidade

Quanto mais limitações uma pessoa apresenta, mais sensível a questões de acessibilidade ela é. Portanto, as percepções do público que mais necessita das adequações são fundamentais para a compreensão da temática e análise crítica dos ambientes construídos, principalmente com relação ao não atendimento das necessidades específicas. Para a sociedade, no geral, o conceito de acessibilidade não é claro, e as barreiras são ainda menos perceptíveis, sendo importante indicar uma avaliação mais abrangente sobre a acessibilidade (Klein & Grigoletti, 2021).

No estudo não houve relatos de desconhecimento dos requisitos de acessibilidade por parte dos gestores de eventos esportivos e nem dos(as) engenheiros(as) ou arquitetos(as) do setor de equipamentos esportivos. O que se verificou foram limitações, tanto com relação a custo quanto a fatores externos que influenciam o próprio evento ou infraestrutura. Espera-se que gestores de eventos esportivos e engenheiros(as) e arquitetos(as) do setor de equipamentos esportivos se atentem às diretrizes de acessibilidade e contribuam para uma inclusão efetiva dos PcDs e pessoas com mobilidade reduzida em suas áreas.

Sobre as pessoas que não possuem uma relação direta com o tema, acredita-se que possam se sentir sensibilizadas em conhecer mais sobre essa realidade, refletindo sobre a necessidade da inclusão e contribuindo em seu entorno com um comportamento atitudinal adequado.

A coleta da percepção pessoal individual de diferentes públicos foi de extrema necessidade para servir de medidor do nível de consciência a respeito do tema, trazendo também para a discussão pessoas que não são afetadas diretamente pela falta de acessibilidade. A convivência com pessoas diferentes em contextos diversos contribui para a normalização dos corpos com variadas necessidades e consequente quebra de preconceitos, para uma inclusão cada vez mais espontânea e natural, com a clareza de que a acessibilidade é uma necessidade cotidiana diretamente relacionada à qualidade de vida de toda a sociedade.

Após reflexão e discussão gerada neste estudo, conclui-se que a percepção individual pessoal é um fator subjetivo importante. Dados estatísticos foram evidenciados e, apesar de não representarem uma realidade absoluta, retratam um cenário construído pelos sujeitos, em que a falta de acessibilidade em eventos esportivos brasileiros ainda é predominante. A barreira atitudinal foi o que se revelou mais presente nas considerações dos especialistas nas entrevistas e das próprias pessoas que precisam da acessibilidade. Diante dos efeitos dos fatores sociais no comportamento, somente promovendo a inclusão é possível uma sensibilização plena sobre o tema em diferentes aspectos. Amenizar (ou até eliminar) barreiras é um desafio que pressupõe esforço, mas é extremamente necessário que se faça para que o capacitismo seja refletido de forma crítica, investigando como ele é estruturado na sociedade (Salasar & Fonseca, 2022).

Como legados são oferecidos com frequência como justificativa para sediar megaeventos esportivos, mas pouco se demonstra com evidências, o estudo de Dickson, Darcy & Walker (2021) concluiu que o fato de haver políticas de alto nível para deficiência, inclusão e participação esportiva não é suficiente para atingir resultados sociais a nível comunitário. Para isso, as macropolíticas devem ser planejadas e operacionalizadas por meio de políticas locais e regionais.

Segundo Nascimento (2021), para que a participação do público que necessita de acessibilidade seja maior em eventos considerados acessíveis, os gestores desses eventos precisam investir em divulgação com estratégia assertiva de *marketing* atrativo, para difundir de forma explícita a inclusão de todos os públicos e que serão recebidos de forma bem-vinda e acolhidos. Como sugestão para gestores de eventos esportivos, recomenda-se o desenvolvimento de um aplicativo eletrônico específico com o cadastro nacional de eventos esportivos, que divulga os diferentes tipos de acessibilidade, com o intuito de informar, estimular e integrar pessoas com deficiências ou outras necessidades, como no estudo de Caldas, Costa & Figueiredo (2022). Visando colaborar com os eventos esportivos futuros, se faz necessária a criação de guias e modelos formalizados e amparados por lei com o apontamento do referencial de normas técnicas a serem seguidas para o cumprimento da acessibilidade em eventos esportivos, com o fim de orientação e disseminação do conhecimento sobre o tema e o conceito de desenho universal.

Considerações finais

A escuta ativa foi prioridade neste estudo, buscando representar, ouvir e dar voz a um público que frequentemente não se sente incluído ou respeitado, para futuras intervenções mais efetivas. Devido ao caráter transdisciplinar do assunto, com os dados levantados, as análises podem extrapolar o campo da Educação Física e também o da Engenharia, tanto na área acadêmica quanto em atuações profissionais, podendo contribuir também em áreas sociais.

Por ser um tema amplo e complexo, no presente estudo, o recorte da acessibilidade feito foi a arquitetônica para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, mas é importante

salientar ainda mais que a necessidade se estende às demais deficiências. Outro aspecto especificamente analisado foi o de eventos esportivos, mas também é essencial que haja uma acessibilidade urbana completa. Ainda há muito o que se discutir e aprofundar sobre o assunto, tanto com relação ao papel dos órgãos públicos, orientadores e fiscalizadores, quanto com relação aos responsáveis por esses eventos. Se perante a lei as pessoas possuem direitos, ainda hoje lhes faltam oportunidades.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Editora Almedina.
- Caldas, K., Cruz, Maria, R., Fabiano, & Figueiredo, K. (2022). *Sistema de Informação Colaborativo para Acessibilidade de Pessoas com Deficiência*. SIMPÓSIO BRASILEIRO de COMPUTAÇÃO APLICADA À SAÚDE (SBCAS).
- Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA (2021). *Acessibilidade: de acordo com a Norma ABNT NBR 9050:2020*. Acessado em 11 de Novembro de 2022, de https://www.confea.org.br/midias/acessibilidade_abnt_2022.pdf
- Conselho Nacional de Saúde - CNS (2013). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Acessado em 04 de Maio de 2023, de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>
- Dickson, T. J., Darcy, S., & Walker, C. (2021). *A case of leveraging a mega-sport event for a sport tourism legacy: A prospective longitudinal case study of Whistler Adaptive Sports*. Sustainability (Switzerland), 13(1), 1–21.
- Gil, A. C. (2011). *Métodos E Técnicas De Pesquisa Social* (6th ed.). São Paulo: Atlas.
- IBGE (2023). *Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda*. Agência de Notícias. Acessado em 14 de Junho de 2024, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>
- Klein, P., & Grigoletti, G. de C. (2021). *A percepção de pessoas com deficiência e idosos sobre a acessibilidade*. PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção. Acessado em 14 de Abril de 2023, de <https://doi.org/10.20396/parc.v12i00.8661766>
- Meneghetti, A. P., Faria, G. M. N., Prazeres, M. M. V., & Sampaio, T. M. V. (2013). *O Processo de Inclusão por Meio do Lazer*. Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, 14(2).
- Mespaque, J., Rodrigues, L., & Rodrigues, J. (2018). *Acessibilidade em eventos*. Acessado em 20 de Nascimento, A. S. do. (2021). *Eventos e acessibilidade: a perspectiva das pessoas com deficiência*

nos eventos realizados na Arena das Dunas - Natal/RN. Acessado em 21 de Abril de 2023, de <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/37565>

Moraes, M. C. de (2007). *Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050*. Acessado em 10 de Maio de 2023, de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90530>

Ocampo, G. K. F., Ribeiro, A. L. de A., & Azevêdo, P. H. (2022). *Os eventos esportivos e a indústria do esporte*. Acessado em 05 de Janeiro de 2023, de https://www.gesporte.net/_files/ugd/2d58fb_c7d4e43bbf9c4be7b85c77c3140ef52a.pdf#page=97

Pacheco, K. M. D. B., & Alves, V. L. R. (2007). *A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma*. *Acta Fisiátrica*, 14(4), 242–248.

Ribeiro, F. T. (2011). *Novos espaços para esporte e lazer: planejamento e gestão de instalações para esportes, educação física, atividades físicas e lazer* (1st ed.). São Paulo: Ícone.

Salasar, D. N., & Fonseca, T. de C. B. (2022). *Cultura para todos: instrumento de avaliação de acessibilidade para ambientes culturais*. Universidade Federal de Pelotas. Acessado em 09 de Maio de 2023, de <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8178>

Senado Federal (2011). *Estatuto da pessoa com deficiência*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Acessado em 11 de Novembro de 2022, de <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/592376>

Spinieli, A. L. P., & Souza, L. D. P. (2020). *A dimensão cidadã do direito à cidade: mobilidade urbana para as pessoas com deficiência*. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 6(1).

Vinuto, J. (2014). *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. *Tematicas*, 22(44), 203–220.

World Health Organization. (2011). *World Report on Disability*. Acessado em 17 de Março de 2023, de <https://www.who.int/teams/noncommunicable-diseases/sensory-functions-disability-and-rehabilitation/world-report-on-disability>

Recebido em: Junho, 2024

Aprovado em: Julho, 2024

A **Revista de Gestão e Negócios do Esporte** utiliza o [Open Journal Systems](#) (versão 3.3.0.9), sistema open source, preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.
